

DOR EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE DEVEMOS SEGUIR

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que, a cada ano, nasçam cerca de 15 milhões de bebês prematuros no mundo, sendo que o Brasil aparece na décima posição em números absolutos, com 279,3 mil partos de prematuros por ano⁽¹⁾. Isso se reflete em maior número de recém-nascidos (RN) que necessitam de internação em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), e que dependem de cuidados qualificados, individualizados e que demonstrem preocupação específica em relação à dor⁽²⁾.

Nesse contexto, surge a necessidade de criar estratégias de avaliação e de manejo da dor do bebê internado em UTIN, tendo em vista sua fisiologia única e sua capacidade restrita de manifestar a dor, demandando, assim, uma postura sensível e atenta por parte da equipe que assiste este pequeno ser.

A observação empírica, corroborada pela avaliação sistematizada destes cenários assistenciais, tem apontado para práticas isoladas de manejo da dor entre os profissionais da equipe multidisciplinar, acarretando níveis variados de insatisfação em relação à qualidade da atenção prestada. Assim, são comuns os relatos de cuidados, sejam relacionados ao diagnóstico ou ao manejo da dor, pautados na experiência profissional e subjetiva dos membros da equipe, o que, em síntese, significa deixar o recém-nascido a mercê do bom senso de cada profissional envolvido nesta assistência.

Nesta perspectiva, ao lançarmos luz sobre tal discussão, não objetivamos expor fragilidades acerca da atuação dos profissionais atuantes em UTIN, mas, sim, ressaltar a importância de adoção de uma sistemática assistencial que considere este controle como prioritário e essencial ao bem-estar do neonato.

Depreende-se que o problema atual não reside na busca e na criação de novas medidas para o alívio da dor, posto o fato de que tais métodos já vêm sendo amplamente investigados e divulgados. Deste modo, e não obstante reconheçamos que muito se tem avançado nesse sentido, muito ainda há por ser feito, do contrário, como justificar a persistência de percentuais atuais tão elevados como os encontrados em nossa pesquisa de dissertação de mestrado, com 50% de procedimentos realizados sem a implementação de qualquer medida de alívio da dor? O desafio que se coloca, pois, é o de garantir que, quando for impossível reduzir a quantidade de procedimentos, utilizemo-nos de todos os recursos para ao menos diminuir o sofrimento causado por estes.

É fundamental, portanto, que a discussão desta temática seja inserida ainda na graduação, vislumbrando-se a formação de um profissional que valorize sua atuação dentro da unidade e reconheça sua importância como agente transformador da realidade. Ao aprimorar seus conhecimentos, este profissional se coloca em constante inquietação frente às inadequações desta realidade, motivando-se a realização de novos estudos que conduzam ao aprimoramento crescente do cuidado.

Nesta perspectiva, o cuidado de enfermagem passa a ser entendido como muito mais que a mera realização de procedimentos, mas como uma atitude de transformação do saber fazer em enfermagem, como uma ponte entre o conhecimento teórico e a prática, entre o empirismo e a ciência, contribuindo, assim, para a valorização da profissão e refletindo na qualificação da assistência prestada.

Roberta Tognollo Borotta Uema,

Enfermeira da UTIN da Santa Casa de Maringá. Doutoranda em Enfermagem na Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Ieda Harumi Hiragashi,

Doutora em Educação. Professora da Graduação e Pós-graduação em Enfermagem na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

1. Organização Mundial de Saúde. 15 milhões de bebês nascem muito cedo. 2012. Acesso em: 14 ago. 2016. Disponível em: <www.who.int/mediacentre/news/releases/2012/preterm_20120502/es/>.

2. Cruz, CT. et al. Avaliação da dor de recém-nascidos internados em uma unidade de terapia intensiva neonatal. Revista de Enfermagem UFPE on line, Pernambuco, v. 9, n. 7, p. 8504-8511, jul. 2015. Acesso em: 14 ago. 2016. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/7651/pdf_8153>.